

**Jackeline Queiroz Ribeiro**

**A onda neoconservadora e a “ideologia de gênero” – posicionamentos e  
enfrentamentos da Psicologia**

**Uberlândia**

**2021**

**Jackeline Queiroz Ribeiro**

**A onda neoconservadora e a “ideologia de gênero” – posicionamentos e enfrentamentos da Psicologia**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva.

**Uberlândia**

**2021**

Jackeline Queiroz Ribeiro

**A onda neoconservadora e a “ideologia de gênero” – posicionamentos e enfrentamentos da Psicologia**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva.

Banca Examinadora

Uberlândia, 3 de agosto de 2021

---

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

---

Ms. Bruno Corrêa Sartini (Examinador)

---

Danilo Silva Barbieri (Examinador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

UBERLÂNDIA

2021

## **Agradecimentos**

É chegado o grande dia de agradecer e me despedir de tudo o que foi vivido até aqui. Agradeço a esses seis anos de graduação que me fizeram crescer e vivenciar coisas que jamais estiveram nos meus planos. E que bom que tenha sido assim, não mudaria nada dessa história. Todo o processo interno de construção e reconstrução que marcaram essa formação na Psicologia será levado para a vida inteira.

Primeiramente, não só agradeço como dedico este ensaio ao meu pai Altair, à minha mãe Rosângela e à minha avó Semy, pelo incondicional apoio e confiança depositados em mim não somente durante esse período de graduação, mas em toda a minha vida, acreditando nos meus projetos e na minha capacidade de realizá-los.

Agradeço às amizades e irmandades que foram construídas ao longo desses seis anos de muita cumplicidade, mudanças e crescimento: sem vocês nada disso teria sido o que foi – e como foi importante e significativo! Sou afortunada por isso.

Agradeço aos meus companheiros do Diretório Acadêmico de Psicologia, da gestão Tungstênio, pelos aprendizados agrídoces dessa experiência que estão marcados para sempre no que hoje sou e no exercício profissional que irei cumprir.

Agradeço à minha orientadora Sílvia Maria Cintra da Silva por ter abraçado essa empreitada mesmo com tão pouco tempo e nessa circunstância tão conturbada de vida pandêmica e ensino à distância. Por mais que tenha sido nessa reta final desse percurso acadêmico, nosso encontro me é de grande estima, além de ter sido um divisor de águas para que esse trabalho pudesse se concretizar.

Agradeço também à minha banca, com o mestre Bruno Corrêa Sartini e o psicólogo Danilo Silva Barbieri, por aceitarem avaliar o meu trabalho e por de maneira direta e indireta terem me ajudado na realização dele.

Com isso, me despeço desse capítulo da minha vida para que na vida profissional outros venham a ser escritos, ciente que a trajetória será longa, com desafios, percalços, contradições e disputa, como uma bela caminhada há de ser. *Andiamo!*

*“Navegar é preciso; viver não é preciso”.*

Fernando Pessoa

## **Resumo**

Nos últimos anos, o Brasil e vários países da América Latina têm vivenciado a ascensão da onda neoconservadora, com mecanismos transnacionais que compartilham das mesmas estratégias, discursos e agenda antigênero e que marcam um novo momento político da região. Enquanto isso ocorre no âmbito macro, temos o Conselho Federal de Psicologia (CFP), abertamente comprometido com os movimentos sociais, direitos humanos, ética democrática e transformação social desde o período de redemocratização do país, que se posiciona ativo politicamente contra a derrocada de direitos e desmonte de políticas públicas. Esta monografia, configurada no formato de um ensaio, tem como objetivo analisar a postura de enfrentamento do CFP diante das ofensivas aos direitos das mulheres e população LGBTQIA+, orquestradas pelos setores neoconservadores do país nos últimos 20 anos, que atacam sua capacidade regulatória, orientadora e fiscalizadora da profissão. A partir de uma abordagem histórica e social, procuro retomar a origem do dispositivo retórico da “ideologia de gênero” no Vaticano e as articulações com a Igreja Evangélica e organizações seculares, que usam o sintagma como estratégia política na construção da agenda antigênero contra os movimentos feministas e LGBTQIA+; como essas ofensivas foram tomando forma no país até se personificarem no governo Bolsonaro e de que modo se apresentam como um desafio e ameaça ao nosso exercício profissional pautado no compromisso social e na laicidade. Dimensionar a trajetória do posicionamento político do Conselho e toda a disputa que há em volta de suas diretrizes nos lembra da necessidade de organização e articulação para que ele continue resistindo.

**Palavras-chave:** Onda neoconservadora; Ideologia de gênero; Conselho Federal de Psicologia.

## **Abstract**

In recent years, Brazil and several countries in Latin America have experienced the rise of the neoconservative wave, with transnational mechanisms that share the same guidelines, discourses and anti-gender agenda and mark a new political moment in the region. While that occurs at the macro level, the Federal Council of Psychology (CFP), openly committed to social movements, human rights, democratic ethics, and social transformation since the country's re-democratization period, is politically active against the downfall of rights and dismantling of public policies. This monograph, defined in the format of an essay, aims to analyze the CFP's position towards the offensives orchestrated by the country's neoconservative sectors over the last 20 years against the rights of women and the LGBTQIA+ population, which attack the regulatory, guiding and supervision capacity of the psychologist's class. From a historical-social approach, this monograph returns to the origin of the rhetorical device of "gender ideology" in the Vatican and the articulations with the Evangelical Church and secular associations, using this syntagma as a political strategy in the construction of the anti-gender agenda against the feminist and LGBTQIA+ movements. The discussion is constructed based on how these offensives were formed in the country until they became personified in the Bolsonaro's government and how they present themselves as a challenge and threat to our professional practice based on social commitment and secularism. Dimensioning the trajectory of the CFP's political positioning and all the argument over its guidelines reminds us of the need for organized articulation so the Council can continue resisting.

**Keywords:** Neoconservative wave; Gender Ideology; Federal Council of Psychology.

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>7</b>
<b>1. Uma observação marítima</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1</b> A predecessora “onda rosa” .....	<b>12</b>
<b>1.2</b> Neoconservadorismo e “ideologia de gênero”, a Quimera dos novos tempos .....	<b>17</b>
<b>2. O Conselho e a contracorrente</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1.</b> A contraditória interferência de ondas .....	<b>32</b>
<b>Considerações finais</b> .....	<b>38</b>
<b>Referências</b> .....	<b>41</b>

## Apresentação

Esta apresentação poderia se dar de várias formas, a depender do momento em que eu me propusesse a escrevê-la, mas no dia de hoje, no momento em que eu (*nós*)<sup>1</sup> me (*nos*) encontro (*encontramos*), não consigo apresentar este ensaio sem expressar nele meu profundo pesar e tristeza com a situação em que vivemos no Brasil. Com as ~~404 463 520~~ 540 mil mortes<sup>2</sup> para a Covid-19, com a política de governo genocida escancarada, televisionada e encenada na CPI da Covid (não que fosse necessário abrir investigação para crimes de responsabilidade de um presidente que reforça sua política de genocídio e negligência todos os dias nos jornais e com a sua base), com o vice-governador do Amazonas relevando que o pareamento entre o atual governador do estado com o Presidente da República criou um “laboratório” de imunidade de rebanho<sup>3</sup>, culminando na variante P1 e no colapso de saúde que deixou Manaus sem oxigênio no começo deste ano; com a recusa de ~~11~~ 81 ofertas de vacina<sup>4</sup> que teriam poupado a vida de tantos das/os nossas/os, principalmente neste primeiro semestre aterrador de 2021 que em apenas quatro meses já somou mais da metade de todos os óbitos decorrentes da doença<sup>5</sup>; com discursos de ódio e negacionismo massificados; com a in(ex)tensiva propagação da anticiência; com tantas notícias desoladoras que se perdem e deixam anestesiada a nossa revolta frente ao caos e abandono público que temos que encarar enquanto somos cobradas/os para seguir a vida, pagar as contas, atingir as metas, ser produtivas/os. A máquina não para e como um rolo compressor esmaga

<sup>1</sup> Entendo que eu e você, leitor, não tivemos como fugir dessa sensação pelo menos em algum momento durante esses longos 17 meses.

<sup>2</sup> Este ensaio foi escrito entre os meses de abril e julho de 2021 e esses foram os números de óbitos a cada fim de mês durante sua realização, registrados de tempos em tempos para marcar a gravidade gritante da situação em que nos encontramos. Os dados são do consórcio de veículos de imprensa (constituído pelo G1, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Extra e UOL), que coletam informações diretamente com as secretarias de saúde de cada estado, uma vez que o Ministério da Saúde ameaçou a divulgação dos dados, através de informações tiradas do ar e interrupções de dados totais dos casos de infectados, recuperados e mortos.

<sup>3</sup> Segundo a Carta Capital, “Alinhamento com Bolsonaro levou Manaus ao colapso, diz vice do Amazonas”. Recuperado em 07 de maio, 2021, de <https://istoe.com.br/vice-do-amazonas-diz-que-imunidade-de-rebanho-apoiada-por-bolsonaro-levou-manaus-a-colapso/>

<sup>4</sup> No início da elaboração deste trabalho, havia sido levantada a existência de 11 e-mails sem resposta à Pfizer, ao final dele, com a CPI constatou-se tratarem de 81 e-mails sem resposta e negociação. De acordo com o Carta Expressa, “Randolfe: ‘Descobrimos que a Pfizer ficou sem resposta do governo 81 vezes’”. Recuperado em 10 de julho, 2021, de <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/randolfe-descobrimos-que-a-pfizer-ficou-sem-resposta-do-governo-81-vezes/>

<sup>5</sup> Conforme exposto pelo UOL, “Com pico de mortes em abril, 2021 tem mais da metade dos óbitos da pandemia”. Recuperado em 13 de maio, 2021, de <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/04/30/mortes-de-janeiro-a-abril-de-2021-sao-mais-da-metade-dos-obitos-da-pandemia.htm>

qualquer resquício de sensibilidade que poderia nos deixar irredutíveis frente à tamanha violência que passou a fazer parte do nosso cotidiano<sup>6</sup>.

Nesse momento de crise sanitária, ética, humanitária, econômica e política, estudos que faziam parte da nossa agenda enquanto esquerda para tentar entender o fenômeno de ascensão neoconservadora no continente foram postos em segundo plano, mas ainda se mostram muito importantes para entendermos um pouco melhor a conjuntura em que vivemos (Santana, 2020). Tendo sido tomada por um sentimento de incapacidade de me envolver com estudos aprofundados sobre qualquer tema, assim como escrever sobre qualquer coisa durante o ano passado, sentia-me a esmo para realizar essa última grande tarefa da graduação e escolher entender mais sobre o neoconservadorismo – suas estratégias, argumentos e agendas em que a “ideologia de gênero” tem um papel fundamental – passou a ser uma forma de tentar organizar internamente todo o caos e impotência que um ano e quatro meses de pandemia me (*nos*) causou (*causaram*) e buscar as formas de resistência presentes na Psicologia fizeram com que reacendesse em mim uma chama que aos poucos se desvanecia.

Em sua campanha eleitoral, e até mesmo antes dela, Jair Messias Bolsonaro se colocou na defesa da “família natural e tradicional”, difundindo discursos de pânico e promovendo-se por meio de *fake news* sobre o “kit gay” e a “ideologia de gênero”, sendo esses fatores, inclusive, o motivo da sua ascensão política para a campanha presidencial (Maranhão, Coelho, & Dias, 2018). Seu discurso e suas políticas de governo alarmam o discurso religioso relançado com potente força política na arena pública, alcançando a mais alta cúpula governamental, no entanto, as orquestrações do setor conservador não são únicas do tempo em que vivemos nos dias de hoje. Sendo anunciadas como articuladas/intensivas desde 1990 (Silva & Silva, 2020), 2009 (Corrêa & Kalil, 2020), 2011 (Aragusuku & Lee, 2015)

---

<sup>6</sup> Durante a realização deste trabalho, mobilizações e partidos de esquerda convocaram o povo às ruas devido as denúncias sobre a gestão do (des)governo Bolsonaro no enfrentamento à Covid-19, sendo o estopim a denúncia do esquema de propina para compra de vacinas. Até o encerramento deste ensaio, o povo esteve nas ruas gritando Fora Bolsonaro e clamando por mais vacinas nos dias 29 de maio, 19 de junho, 3 de julho e 13 de julho.

ou 2016 (Dantas *et al.*, 2020)<sup>7</sup>, fato é que os setores conservadores sempre estiveram em disputa com os setores progressistas, procurando obstruir avanços ou impelir retrocessos até mesmo quando vivíamos um período propenso de avanço de direitos nas políticas públicas. Ainda no campo do discurso conservador que marca este tempo, é de se entender que falas como “menino veste azul e menina veste rosa” e “estamos fazendo uma releitura sobre o que são os direitos humanos no Brasil” não são feitas para tirar a atenção de alguma polêmica governamental, mas evidenciam um projeto, conversam com uma base, cumprem uma agenda. Esta agenda – como podemos constatar ao nos aprofundarmos nos estudos sobre ascensão neoconservadora –, não diz respeito apenas ao Brasil, mas se encontra articulada em toda a América Latina, com mecanismos transnacionais que compartilham das mesmas estratégias e discursos e que encontram no nosso país a máxima expressão em um governo ultraliberal de extrema-direita (Santana, 2020; Corrêa & Kalil, 2020; Kalil, 2020).

Enquanto tudo isso ocorre no âmbito macro, temos o Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP) tentando responder a essas incessantes investidas neoconservadoras de esvaziamento políticas que garantem direitos das minorias, se articulando para continuar seu trabalho em prol de práticas psicológicas que respeitem as diferenças. Mas isso não significa que tudo são flores, nem que o que temos hoje é de alguma forma garantido e não passível de retrocessos. Mesmo com a reconhecida posição de enfrentamento do Conselho, sabemos que movimentos neoconservadores vêm tentando disputar a direção do órgão como o movimento “Psicólogos em Ação”, que se candidatou na última eleição do CPF em 2019 e que, além de defender, pretendia regulamentar a “cura gay”<sup>8</sup> – tratamento “corretivo” para pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexo, Assexuais/Agênero)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo as referências bibliográficas deste ensaio, podendo haver datas e determinantes diferentes destes na elaboração de estudo de outros autores.

<sup>8</sup> “‘Cura gay’ polariza eleição do Conselho de Psicologia, entenda a disputa”. Recuperado em 10 de maio, 2021, de <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/08/08/cura-gay-polariza-eleicao-do-conselho-de-psicologia-entenda-a-disputa/>.

<sup>9</sup> Neste ensaio será utilizado o acrônimo LGBTQIA+ por aparentar, pela minha percepção, ser a sigla mais amplamente usada nas discussões e promoções de eventos e debates sobre o tema. No entanto, não se exclui aqui a existência de outros acrônimos, mais recentes e em disputa como LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pansexuais). Para entender mais sobre as

Com este panorama, procuro por meio deste ensaio analisar a postura de enfrentamento do Conselho Federal de Psicologia, que regula o exercício da profissão, diante das ofensivas aos direitos das mulheres e população LGBTQIA+ que são pautadas pela agenda antigênero dos setores neoconservadores – na qual o sintagma “ideologia de gênero” aparece como estratégia política de mobilização – orquestrados no Brasil desde o início dos anos 2000 até os dias de hoje e que atacam a capacidade regulatória, orientadora e fiscalizatória do Conselho.

Este trabalho de conclusão de curso é um ensaio, inspirado nos trabalhos de Barbieri (2016) e Cassal (2013), que me lembraram que escritas acadêmicas não precisam ser engessadas e frias, mas potentes e instrumentalizadas em personalidade por não sermos “páginas em branco”, apáticas/os ou impessoais no fazer ciência, uma vez que esta não é ciência neutra – nem mesmo as ciências exatas, fundamentadas em métodos exclusivamente quantitativos (Santiago, 2020). Dessa forma, considero ensaio a definição desenvolvida por Cassal (2013) e também utilizada no trabalho de Barbieri:

Este texto é um ensaio, uma tentativa de dar sentido ao que não é facilmente explicável. Compõem-se aqui memórias, histórias, incômodos, alegrias, reflexões e possibilidades, que experimentam tomar forma. Não pretendemos aqui uma linearidade de fatos ou um crescente de importância. É como uma viagem, em que o importante é o caminho, e não a chegada (p. 26).

Com a ostensiva força que o neoconservadorismo vem ganhando nas esferas políticas e públicas de decisão do país e da região latino-americana, este ensaio é impulsionado a analisar, até onde um recorte de trabalho de conclusão de curso alcança, os avanços da onda neoconservadora materializados nas políticas antigênero, relacionando as posturas de enfrentamento nas políticas e ações da autarquia da profissão da Psicologia, o Conselho

---

mudanças e enquadramentos que envolvem as variações de acrônimos e as disputas dentro dos movimentos pelas políticas de diversidade sexual e de gênero, ler Facchini (2020).

Federal de Psicologia, aos ataques externos e internos dessa agenda no nosso exercício profissional. Desse modo, o ensaio é voltado para demarcar, mesmo que minimamente, as resistências presentes no campo de atuação da nossa profissão e apontar a diligência que o Conselho demonstra ao que acontece na sociedade, frente aos avanços e retrocessos no que tange o respeito às diferenças e lutas sociais e a busca pela equidade em um Estado Democrático de direito.

### **1. Uma observação marítima**

Uma onda, para a física, é a perturbação no espaço que se desloca de um ponto para o outro sem que haja transporte de matéria, transportando, exclusivamente, energia<sup>10</sup>. A onda marítima que conhecemos, uma onda mecânica, “é formada a partir do sopro do vento na superfície do mar. O vento bate na água e causa uma ondulação e quanto mais veloz e durável for o vento, maior será a altura da onda”<sup>11</sup>. Já na Geopolítica, o termo “onda” é usado em sentido figurado para designar “movimentação ou agitação intensa, que não se pode ou não se consegue controlar; ímpeto, torrente”<sup>12</sup>. E, assim como podemos observar quando estamos na orla da praia, a água que invade a areia quando a onda quebra é a mesma que recua para a quebra de outra onda que está por vir, em um movimento incessante.

Tal como o senhor Palomar (Calvino, 1994), me vejo na engenhosa missão de observar um movimento de onda, tentando captar os ventos que a sopraram, os reflexos da onda que a antecedeu, suas divergências e congruências que fizeram com que esse movimento de onda singular existisse – apesar dela também não deixar de ser igual a outras ondas, pelas próprias similaridades de comportamento e fenômeno que as constituem enquanto tais. Essa translação físico-social me permite tentar captar e entender – modestamente do meu campo de visão reduzido, estático e limitado – a onda que traz novamente para a orla da praia o

---

<sup>10</sup> Helerbrock, R. O que é onda? *Brasil Escola*. Recuperado em 31 de março, 2021, de <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/fisica/o-que-e-onda.htm>.

<sup>11</sup> “Como se forma a onda do mar?” Recuperado em 31 de março, 2021, de <https://memoria.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2016/03/como-se-formam-ondas-do-mar#:~:text=A%20maioria%20das%20ondas%20se,ser%C3%A1%20a%20altura%20da%20onda>.

<sup>12</sup> Definição do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis Online. Recuperado em 10 de abril, 2021, de <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/onda/>

neoconservadorismo, que ganha amplitude, comprimento e força na América Latina com discursos antigênero e antissexualidade<sup>13</sup>, marcando também um período de desdemocratização<sup>14</sup> da nossa região (Santana, 2020; Corrêa & Kalil, 2020); com novas correntes de ar que a sopram do leste, que a reconfiguram como uma nova onda – apesar de ter similaridades com outras ondas que já se quebraram por essas areias. Para falar sobre ela, é impossível desassociá-la da onda que a precedeu e dos refluxos que esta lhe causou, de forma a entender como esta a arrasta e a suplanta. Tal como o nosso senhor observador, também observo um pedaço da praia que é marcado pelo encontro de ondas oblíquas, que se chocam da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, sendo necessário, para compreender essa onda e todas as outras, “ter-se em conta esse impulso em direções opostas que em certa medida se contrabalançam e em certa medida se somam, e produzem um quebrar geral de todos os impulsos e contra-impulsos no mesmo alagar de espuma” (Calvino, 1994, p. 9).

### **1.1 A predecessora “onda rosa”**

No início do século XXI pudemos observar na América Latina a ascensão da “onda rosa” (Silva, 2015) – termo emprestado do movimento que se viu na Europa, mas que possui características próprias na nossa região –, que é caracterizada pela “chegada ao poder de partidos, movimentos e lideranças de esquerda” (p. 64). Apesar da diferença entre autores quanto ao total de países que fizeram parte dessa ascensão da esquerda<sup>15</sup>, têm-se alguns denominadores comuns na Venezuela, Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador,

---

<sup>13</sup> Os termos “antigênero” e “antissexual” são usados aqui para referir à posição declaradamente antifeminista e anti-LGBTQIA+ desses movimentos, que se colocam contrários à promoção de reconhecimento e legitimação da diversidade de gênero e sexual, da garantia de direitos desses grupos e da participação desses indivíduos nas políticas sociais (Junqueira, 2018).

<sup>14</sup> Corrêa e Kalil (2020) fundamentam sua pesquisa sobre políticas antigênero balizadas no conceito de desdemocratização, usando de referência os estudos de Wendy Brown. Como definem as autoras, a desdemocratização, “ao contrário dos processos de mudança de regime autoritário que conhecemos no passado, não é um golpe de Estado clássico e não implica necessariamente a suspensão dos procedimentos formais das democracias. Em vez disso, é uma erosão gradual do tecido democrático da política que potencialmente transforma a arquitetura institucional dos regimes democráticos em simulacros” (pp. 5-6, tradução minha).

<sup>15</sup> Stoessel (2014) pontua que os diferentes estudos que surgiram para contribuir com teorias e conceitos sobre esse período da América Latina se basearam no consenso de distinção entre esquerda e direita de Bobbio, no entendimento amplo de que o que melhor define as doutrinas e movimentos chamados de esquerda é o *igualitarismo*, que busca apreciar o que torna os homens iguais ao invés de ressaltar o que os torna desiguais, tal como a direita faz ao defender que as desigualdades sociais são intrínsecas e constituem a norma social.

Nicarágua, Paraguai e El Salvador (Silva, 2015; Stoessel, 2014). Essa ascensão da esquerda, por sua sincronia e delimitação regional, marcou um período inédito na história da América Latina, região marcada por regimes oligárquicos, ditatoriais ou governos conservadores eleitos democraticamente (Silva, 2015).

Stoessel (2014) se refere a esse momento vivido na América como “giro à esquerda” e ressalta três dimensões que separaram essa “nova” esquerda (que emergiu com a “onda rosa”) da “velha” (que estava associada a lutas radicais e revolucionárias) no continente: seu vínculo com a democracia, as emergências caracterizadas pelas heranças neoliberais na região e o conteúdo dos projetos políticos pós-Consenso de Washington<sup>16</sup>. Assim, a ascensão da “nova esquerda” veio após a mudança de estratégia para os meios eleitorais de democracia, disputando o legislativo e executivo para aplicar uma agenda de transformação social próxima ao povo, com esse regime político deixando de ser apenas um instrumento das classes dominantes. Isso se deve ao momento histórico pós-regimes ditatoriais e instalação de agenda neoliberal nos países latinos, que resultou – nos âmbitos social, econômico e político –, no “profundo empobrecimento das sociedades devido à implementação das políticas pró-mercado, à crescente mobilização política de diversos setores e atores sociais e à crise de representação política” (p. 5, tradução minha) (Stoessel, 2014).

Com esse empobrecimento do continente causado pelo neoliberalismo, novas formas de politização se desenvolveram, surgindo assim poderosos movimentos e organizações sociais como os direitos humanos, mulheres, diversidades sexuais e indígenas, que serviram como resistência frente a essa agenda neoliberal, desenvolvendo a capacidade de inspirar e irromper os sistemas políticos por meios de ações coletivas, fazendo parte ou apoiando esses novos governos. Essa foi uma das características presentes em todos os governos de esquerda, apesar das diferentes formas de expressão locais, e um diferencial da “velha esquerda”, que centralizava as questões em volta de um partido político (Stoessel, 2014).

---

<sup>16</sup> O Consenso de Washington foi um encontro entre agentes do governo estadunidense e organismos financeiros internacionais ali sediados – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – para coordenar ações e formulações de políticas neoliberais que já estavam em curso na América Latina (Nogueira, 1994).

Foi nesse contexto de participação e fortalecimento dos movimentos sociais que as elaborações de políticas públicas na democracia representativa, alicerçada no governo Lula, foram marcadas pelos movimentos feministas, de gays, lésbicas, transexuais e travestis que existiam no país pós-ditadura e que pesaram de maneira direta na consolidação de uma agenda comprometida com os direitos sobre gênero e sexualidade (Bulgarelli, 2020). Aqui houveram avanços, pois o governo Lula foi o primeiro na história do país a colocar a população LGBTQIA+ como objeto de atenção governamental específica, formulando planos e programas como Brasil sem Homofobia, em 2004 e Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), em 2009 (Mello & Braz, 2020); além da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2003, que, entre outras ações criou a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em 2005 e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em 2007<sup>17</sup>.

Silva (2015) ainda pontua que a era dos governos de esquerda: (a) recuperaram papel de “intervenção” do Estado no mercado, no sentido de regulá-lo e complementá-lo por meio de suas atuações; (b) ampliaram as políticas sociais já implementadas nos governos neoliberais da década de 1990 – sem atribuir concepções universalistas e nem constituir direitos garantidos de forma definitiva, mas que ainda assim apresentaram bons resultados na diminuição dos índices de desigualdade social, fome e pobreza<sup>18</sup>; (c) estabeleceram diversos mecanismos de transparência e controle do Estado e diversas formas de participação e envolvimento social com formas distintas em cada país; além de (d) desenvolverem mecanismos de integração regional – criando novos ou reformulando os que já existiam para que existisse maior participação política e não só mercantil.

No entanto, apesar da conjuntura progressista instaurada na América Latina no início do século, a partir de 2015, com alternâncias de datas para os diferentes países, mas ainda

---

<sup>17</sup> Recuperado em 9 de junho, 2021, de <http://www.fecesc.org.br/as-politicas-para-as-mulheres-no-governo-lula-e-o-pt/>.

<sup>18</sup> Apesar de se apresentar como um governo “democrata-popular” nas eleições de seu primeiro mandato, é importante destacar que o governo Lula aprofundou as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, fundamentando-se em políticas sociais compensatórias (Tristão, 2011), mesmo aderindo a pautas progressistas e sociais em sua agenda.

marcando a tendência na região, ficou evidente o processo de “desdemocratização” geral, no qual os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ são dois dos principais alvos (Santana, 2020). Essa tendência regional foi nomeada por alguns pesquisadores como “onda azul” (Rangel & Dultra, 2019), como contragolpe e sucessão da “onda rosa” antes vislumbrada.

Apesar de não ter liderado o movimento antigênero no continente – tendo o sintagma “ideologia de gênero” referenciado desde o final dos anos 1990 no Peru e Colômbia, mostrando uma organização mais antecipada quanto à combativa antifeminista por lá (Corrêa & Kalil, 2020) –, no Brasil é possível constatar forças retóricas antigênero desde 2004, como mobilizações de oposição ao Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, ao projeto de lei sobre a criminalização da homofobia (PLC 122/2006) e ao PNDH-3, em 2009, ainda que de maneira gradativa e sem expressividade significativa (Junqueira, 2018; Corrêa & Kalil, 2020). O termo em específico ainda não circulava pelo Brasil e as referências usadas eram “ditadura gay”, “propaganda gay”, “ideologia anti-humana” entre outras para se referir às garantias de direito em avanço ou recém-conquistadas (Junqueira, 2018).

Se com o governo Lula houve avanços respaldados pelo governo federal – e início de articulações mais estruturadas do setor neoconservador (Corrêa & Kalil, 2020) –, o governo Dilma foi marcado pela incapacidade do Poder Executivo de desviar-se dessas investidas neoconservadoras no Congresso Nacional, pois, apesar de aparentar dar continuidade aos programas e ações referentes à população LGBTQIA+ e às mulheres promovidas anteriormente, o que houve na prática foi a preponderância de medidas que visavam o esvaziamento das ações, políticas e agendas relativas a gênero e sexualidade (Mello & Braz, 2020). Parte dos embates que viriam a acontecer em seu governo já estava presente em sua campanha eleitoral de 2010, marcada pela tematização contra o casamento homossexual, aborto e combate à homofobia no segundo turno e no seu primeiro mandato, em que ocorreram as primeiras incursões dos setores neoconservadores contra os direitos das mulheres e diversidades sexuais no âmbito da educação (Junqueira, 2018; Kalil, 2020).

Acontecimento de extrema importância nesse governo foi a criação, em 2011, do Programa Escola sem Homofobia, que adveio da participação de vários setores da sociedade civil e que tinha como um dos objetivos a distribuição de materiais didáticos, em forma de kit, para professores do ensino básico que discutisse “respeito a pessoas LGBT, orientação sexual e identidade de gênero, descoberta da sexualidade e combate à discriminação” (Bulgarelli, 2020, p. 396). Porém, em menos de cinco meses a presidenta cedeu à pressão da bancada religiosa da Câmara dos Deputados, suspendendo a distribuição da cartilha e dos vídeos que faziam parte do “kit anti-homofobia” (Mello & Braz, 2020), parte pelas reações ultraconservadoras que o programa causou sendo fomentadas por discursos falaciosos que denunciavam um “corrompimento” das crianças dentro das escolas. Na época, o deputado Jair Bolsonaro foi uma das figuras públicas que mais alavancou e fomentou o pânico moral<sup>19</sup> a respeito do “kit anti-homofobia”, intitulando-o de “kit gay” (termo ao qual aderiu a grande mídia), e divulgando o programa como uma tentativa de “doutrinar” as crianças e adolescentes para que estes se tornassem trans e homossexuais, além de fazer apologia à pedofilia (Bulgarelli, 2020).

Também no governo Dilma houve a maior expressão da incapacidade governamental de fazer uma frente à homotransfobia já muito presente e influente no Congresso Nacional. Vimos a derrocada da aprovação do Plano Nacional de Educação 2010-2020 (PNE), em 2014, proposto pelo Poder Executivo, tendo como consequência a retirada da única menção do texto original que se referia à orientação sexual e identidade de gênero (Mello & Braz, 2020). Este episódio foi um sintoma da força retórica antigênero que aumentava no país e que levava o termo “ideologia de gênero” ao debate público<sup>20</sup> (Corrêa & Kalil, 2020). Tal acontecimento gerou interpretações negativas sobre o governo tanto para a esquerda – que se

---

<sup>19</sup> O pânico moral é um recurso normativo caracterizado pela preocupação exacerbada frente ao perigo real existente, gerando reações coletivas desproporcionais sob a “ameaça” que surge aos valores e interesses sociais. O pânico moral à “ideologia de gênero” utiliza-se de estratégias político-discursivas voltadas a alistar a sociedade na batalha em defesa da sagrada família (Junqueira, 2018).

<sup>20</sup> Para que os setores conservadores atingissem essa força em 2014, faz-se necessário entender um pouco do impacto que jornadas de junho de 2013 tiveram no país (Corrêa & Kalil, 2020). Não compete a este ensaio elencar os determinantes que levaram o povo às ruas, mas a relevância das mobilizações e dos desdobramentos que se seguiram a partir disso não pode ser ignorada. Para uma análise mais aprofundada, sugiro “Junho de 2013 é responsável pelo fascismo no Brasil?” do canal Jones Manoel no Youtube e o documentário “As Jornadas de Junho de 2013”, do canal VICE.

chocou com os limites institucionais insuficientes para promover uma verdadeira garantia de direitos e avanços quanto à diversidade sexual e de gênero – quanto da direita, que via no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a fonte de produção e disseminação dessas políticas que lhes era de interesse combater (Bulgarelli, 2020). Acontecimento que nos apontava os graves sintomas do que já estava articulado dentro no Congresso Nacional fora a votação pelo *impeachment* de Rousseff, em 2016, com justificativas “por Deus, pela moralidade e pela família”<sup>21</sup> (Corrêa & Kalil, 2020).

Nesta primeira parte do ensaio, fiz uma breve retomada sobre alguns avanços e características do período que antecedeu o que vivemos presentemente e como nunca foram passíveis de contraofensivas e disputa, mas não soltemos a âncora com o barco em movimento. Vou procurar desenvolver aqui, de uma forma minimamente abrangente, os ventos, condições e estratégias que sopraram essa nova onda que invade a nossa costa como ressaca e que difundiram a “ideologia de gênero” nas discussões públicas. Portanto, para um segundo momento, é importante entender as principais características que configuram o ativismo neoconservador em sua origem e como ele foi engendrando no cenário brasileiro.

## **1.2. Neoconservadorismo e “ideologia de gênero”, a Quimera dos novos tempos**

Nessas águas que observamos, ressurgem em nosso tempo a encarnação de um monstro que aterrorizara os gregos quando o mar pertencia a Netuno, “um monstro horripilante, que expelia fogo pela boca e pelas narinas. A parte anterior de seu corpo era uma combinação de leão e cabra e a parte posterior, a de um dragão” (Bulfinch, 1855/2006, p. 129), a Quimera. Popularmente aludida à fantasia, o termo quimera também é usado pra referir-se a “algo sem unidade e coerência; absurdo, despropósito, disparate, incoerência”<sup>22</sup>, o que, como discorreremos a seguir, se apresenta como uma forma adequada para tratar a grande ameaça

---

<sup>21</sup> Recuperado em 16 de julho, 2021, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957\\_433496.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460935957_433496.html)

<sup>22</sup> Definição do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis Online. Recuperado em 19 de junho, 2021, de <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/quimer/>

criada pela Santa Fé que aterroriza “a moral, a família e bons costumes”. Para esta modesta apresentação relativa à construção e expansão do sintagma, é necessário antes que elucidemos alguns conceitos fundamentais para a compreensão dos mecanismos e estratégias adotadas para fazer com que a “ideologia de gênero” galgasse a discussão popular.

Sendo posta constantemente como ameaçada, a moral passa a exercer papel estratégico nos discursos conservadores que mobilizam categorias para combater as mais diversas ameaças, mas seu entendimento muitas vezes é dúbio. A moral, para este estudo, é um sistema de normas, princípios e valores que varia historicamente, de sociedade para sociedade e sua progressão histórica e social não faz com que o que existia anteriormente deixe de existir por completo, mas culmina na existência simultânea de várias morais em um mesmo momento histórico; trazendo diferentes concepções de mundo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que temos morais conservadoras e reacionárias, também temos morais revolucionárias e de luta em um mesmo tempo histórico. O que devemos pôr em perspectiva, neste contexto, é que no que compete à moral existem campos de disputa que brigam pela sua maior influência e expressividade nos grupos sociais, pois ela pode servir à classe dominante em seus interesses ideológicos, ao mesmo tempo em que pode servir aos interesses dos oprimidos, vindo a lidimar e respaldar as lutas travadas por estes (Sartini, 2021).

Se para este ensaio a moral se dá na história e sociedade, para os grupos conservadores ela se dá em Deus, com suas verdades intrínsecas e intransigentes. Esse discurso muitas vezes não nos chega com preceitos religiosos, mas se apresenta e reafirma em concepções de mundo que reivindicam a “ordem moral, natural e essencial” das coisas. Esses grupos utilizam a rebiologização essencialista para reafirmar a família – sempre no singular –, o matrimônio advindo da natureza de união do homem e da mulher, a autoridade masculina e paterna, a maternidade enquanto vocação, a domesticidade da mulher, a sexualidade sempre ligada à complementaridade inerente, a identidade e diferença sexual pautadas na binaridade inalterável e hierarquizada, além da manifestação da heterossexualidade como expressão da complementariedade dos sexos naturais (Junqueira,

2018). Desse modo, quando nos referimos à moral (sexual) cristã, nos referimos a esse entendimento natural, essencialista e intransigente de como o mundo é, ou pelo menos deveria ser para eles.

O Vaticano<sup>23</sup> é tido como ator global chave à oposição das políticas feministas e LGBTQIA+ durante o século XX, tendo Wojtyła, o Papa João Paulo II, papel importante ao desenvolver a *Teologia do Corpo* (na qual reafirmava as diferenças sexuais e a complementariedade dos corpos) e ao excitar nas paróquias do mundo inteiro a defesa da moral sexual católica (Faúndes & Defago; Junqueira, 2018). A IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, em 1995, culminou na afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), levando a Igreja a se mobilizar com maior orquestramento na sua retórica teológica (Lionço, 2020); e então Ratzinger, que viria a ser posteriormente o Papa Bento XVI, ganha destaque ao trazer direcionamentos à Igreja ultraconservadora para posicionamentos doutrinários e intransigentes que passam a ser referência na construção e acionamento do discurso antigênero (em que a “ideologia de gênero” toma forma, direção e estrutura), pautando intervenções e posicionamentos na política por meio de uma extensa produção bibliográfica sobre sexo, gênero e sexualidade (Junqueira, 2018). Vale frisar que a Igreja já se posicionava fortemente contra o aborto, métodos contraceptivos contemporâneos, sacerdócio feminino e concepções de famílias (no plural), mas passa agora a adquirir qualidades próprias deste tempo ao desenvolver novas articulações, marcando o início de uma nova agenda antisssexual e antigênero, com muito mais texturas e entrelaces (Faúndes & Defago, 2020).

Tendo essa agenda renovada pela Santa Fé, a América Latina – que ainda possui grande influência e quantidade de fiéis no Vaticano<sup>24</sup> –, foi (e é) um grande campo de disputa

---

<sup>23</sup> No decorrer deste ensaio farei referência à Igreja Católica de maneira generalizada para me referir às políticas e diretrizes encaminhas pela Santa Fé, alta cúpula eclesiástica (Junqueira, 2018). No entanto, não ignoro a existência de correntes pluralistas dentro do catolicismo e evangelismo que também compõem espaço de resistência para as ofensivas neoconservadoras. Para saber mais sobre movimentos cristãos LGBTQIA+ evangélicos, ler (Serra, 2020).

<sup>24</sup> Segundo último senso realizado pelo instituto privado chileno Latinobarómetro em 2018 (analisando o ano de 2017), 59% da América Latina e Caribe se considera católica. Vale ressaltar que esses dados estão em constante declínio, tendo o senso de 1995 expressado 80% de católicos no continente e o de 2014, 67%. Recuperado em 11 de

para os movimentos de doutrinação católicos e pautados em morais cristãs. Por conta de sua importância geográfica e política, a Igreja Católica germinou os dispositivos retóricos do que viria a ser a “ideologia de gênero” desde os anos 1980 na região<sup>25</sup>, como forma de tentar exercer maior poder e influência na obstrução de avanços de direitos sexuais e reprodutivos que começavam a surgir no período de redemocratização pós-ditaduras– sendo uma das primeiras formas de militância e ativismo do neoconservadorismo na América Latina a autodenominação “pró-vida” e “pró-família” (Faúndes e Defago, 2020). Esse embrião não impediu que houvesse avanços a respeito dos direitos sexuais, reprodutivos e de gênero durante a “onda rosa” – se apresentando ainda de maneira tímida e sendo mais simbólico do que de fato significativo à época (Corrêa & Kalil, 2020) –, mas não podemos nos esquecer de que sempre houve disputa, mesmo no período histórico em que algumas conquistas de direitos foram possíveis de serem alcançadas. Esse encontro de ondas oblíquas, à direita e à esquerda, é um encontro imorredouro, onde há a predominância de uma sobre a outra, mas nunca, e frisamos aqui, *nunca* o anulamento total de uma das forças.

Como forma de se reinserir na disputa de poder em uma conjuntura secularizada e buscando novas articulações para sua agenda antissexual e antigênero, surge uma diversificação identitária e com isso a construção de um novo campo conservador na região, se destacando a especial aliança entre a Igreja Católica e a Igreja Evangélica – que relevam até o momento suas diferenças em relação à fé pelo interesse estratégico da ascensão de ambas ao poder político e influência social. Essa aliança entre católicos e evangélicos no Brasil pode ser vista desde 2004, quando os setores se juntaram pelo ensino religioso nas escolas, se consolidando em 2011 com as mobilizações contra o “kit-antihomofobia” do programa Escola Sem Homofobia e a distribuição de camisinhas pelo Programa Saúde na Escola (Corrêa & Kalil, 2020). Interessante apontar que o setor evangélico, antes afastado dos interesses políticos/mundanos, passa a projetar sua ascensão política por meio da

---

maio, 2021, de [https://www.cooperativa.cl/noticias/site/artic/20180112/asocfile/2018011212434\\_2/f00006494\\_religion\\_chile\\_america\\_latina\\_2017.pdf](https://www.cooperativa.cl/noticias/site/artic/20180112/asocfile/2018011212434_2/f00006494_religion_chile_america_latina_2017.pdf).

<sup>25</sup> Vemos como manifestação da presença desse ativismo o uso do sintagma “ideologia de gênero” já no Peru e Colômbia desde 1990, como supracitado no ensaio.

moralização de projetos políticos em toda a América Latina (Faúndes & Defago, 2020), sendo possível perceber essa tendência evangélica no Brasil com o crescimento da umbrátil Bancada Evangélica entre os anos de 1998 e 2014, chegando a duplicar seus membros no Congresso Nacional (Corrêa & Kalil, 2020).

Essas entidades dividem estratégias comuns para atingir programas amplos e de grande impacto com caráter transnacional e articulações com grupos secularizados também são feitas. Dessa forma, surgem organizações com a mesma agenda compartilhada que se apresentam publicamente como desvinculadas de qualquer marca religiosa – mesmo respondendo à hierarquia católica – e que desenvolvem discursos jurídicos e científicos para justificar sua agenda, estando, desta forma, aparentemente distantes dos tradicionais discursos religiosos para terem mais aderência em lugares aonde o discurso teológico não chega, não comove e/ou mobiliza (Faúndes & Defago, 2020).

Passa-se então a buscar por legitimidade em discursos laicos, fazendo uso do secularismo estratégico ao promover entendimentos científicos biológicos pautados na diferença entre homens e mulheres pela base hormonal e neural; na orientação e na identidade sexual em que se consideram apenas os cromossomos; na patologização da trans, inter e homossexualidade e no incentivo a terapias de conversão sexual com o apoio de associações de médicos cristãos, almejando, assim, o *status* de validade científica e acadêmica (Junqueira, 2018; Lionço, 2020). Enquanto isso, os estudos acadêmicos sobre gênero, pautados em uma pluralidade de campos de estudos, complexidade e entendimentos, são transformados em uma única teoria, não-científica – uma vez que a “ciência” deles é ancorada na lei natural e ahistórica –, descontextualizada e homogênea, como se as teorizações sobre desigualdade estivessem meramente no campo ideológico (Mello & Braz, 2020; Junqueira, 2018).

Vemos então que os setores neoconservadores passam a edificar a sua retórica discursiva e a colocar as teorias e políticas feministas e LGBTQIA+ como inimigos a serem combatidos com novas qualidades de articulação e discurso. Essas mobilizações usam do acionamento da ordem moral para repugnar ações propensas a

reconhecer as mulheres como sujeito, legalizar o aborto, combater o feminicídio, criminalizar a homotransfobia, legalizar o casamento entre pessoas de mesmo sexo (“gaymônio”) e garantir-lhes o direito de adotar, ampliar o acesso a novas tecnologias reprodutivas, assegurar a jovens e adolescentes informações sobre saúde sexual, promover o sexo seguro, despatologizar a transexualidade, reconhecer o direito à autodeterminação da identidade de gênero e à mudança de sexo, implementar políticas educacionais de igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual. Divórcio, contracepção, equidade salarial entre homens e mulheres e coibição de violência física ou psicológica por parte dos pais na educação dos/as filhos/as também costumam figurar entre os alvos da indignação desses cruzados (Junqueira, 2018, p. 457).

E dessa forma usam o sintagma “ideologia de gênero” como uma estratégia de mobilização e convocatória política para se incitarem em volta desse discurso que propicia alianças amplas, se apresentando como núcleo de resistência à ampliação e garantia de direitos e formulando programas políticos antidemocráticos abrangentes (Faúndes & Defago, 2020; Santana, 2020). Nesse sentido, é importante destacar como retórica da agenda “pró-família” é funcional tanto para o neoconservadorismo quanto para o neoliberalismo, pois quando o governo de um país reduz suas agendas sociais, volta-se para a família a responsabilidade e o custo da reprodução das vidas coletivas e individuais (Santana, 2020). Com isso, esses setores têm a tendência de se unirem na promoção de defesa de um Estado mínimo com políticas que sirvam ao interesse do capital, ancorado na redução de despesas públicas que visem à proteção social de grupos vulneráveis, que não realize políticas distributivas e que restrinja a participação política ampla e para todos. Essa defesa da família, portanto, é marcada por termos moralistas que, indo contra os direitos sociais, sobrecarregam a vida privada especialmente das mulheres – as principais responsáveis pela reprodução da vida e do trabalho no âmbito privado da vida familiar (Junqueira, 2018).

Quanto ao sintagma servir como estratégia política e discursiva, constatamos sua práxis no Brasil em 2013, quando as campanhas antigênero intensificaram-se e o termo “ideologia de gênero” alcançou o debate público, fazendo ataques a políticas públicas de saúde e educação – tendo nesta última o principal campo de concentração dos embates políticos a respeito do sintagma<sup>26</sup> (Corrêa & Kalil, 2020; Junqueira, 2018) – e fermentando questionamentos sobre os indicadores de violação de direitos humanos das mulheres e LGBTQIA+ (Junqueira, 2018). Todas essas pautas, principalmente as envolvidas com educação – desde o seu envolvimento direto com o alarmismo em torno do “kit gay” –, foram captadas por Bolsonaro a partir de demandas de cunho religioso e moral que o impulsionaram nas eleições de 2018 (Côrrea & Kalil, 2020). Com isso, vemos que a trajetória do sintagma “ideologia de gênero” realmente supera o discurso católico e passa a atuar como pujante categoria de mobilização política que atende a diversas agendas (Junqueira, 2018).

O campo neoconservador utiliza o termo para citar de forma depreciativa os movimentos feministas e LGBTQIA+, vinculando-os também ao terrível “marxismo cultural”. Esse campo defende que o “marxismo” agora não tem mais a pretensão de transformar as estruturas econômicas, mas sim afetar a chamada “estrutura familiar”, a identidade de gênero e a sexualidade de maneira autoritária e infringindo os direitos humanos (dos “humanos direitos”). Com essa estratégia, o campo neoconservador não abarca apenas setores religiosos da sociedade, mas atrai para si setores que têm como preocupação o comunismo, uma vez que colocam os direitos sexuais e reprodutivos como sinônimos deste (Faúndes & Defago, 2020; Santana, 2020).

Dessa forma, o movimento conservador contemporâneo incrementa à “ideologia de gênero” a capacidade de evocar e condensar fantasmas que assombram o senso comum (Faúndes & Defago, 2020). “Quando se fala de Estado, eles traduzem como totalitarismo ou comunismo; quando se fala de gênero, como “marxismo cultural” e engano; quando se fala de

---

<sup>26</sup> Como característica própria do nosso país, o setor evangélico eclipsa a mentoria da Igreja Católica quando impulsiona a “ideologia de gênero” para a discussão pública, mobilizando categorias e inflamando o pânico moral com campanhas contra o PNE 2010-2020 e excitando movimentos contra ideologia nas escolas (Corrêa & Kalil, 2020; Junqueira, 2018).

direitos humanos, como imposição” (Santana, 2020, p. 20, tradução minha), resultando em uma inversão de conceitos a bel prazer do terror que se queira construir em cima do discurso. Aqui está manifesta a nossa Quimera, com sua cabeça de leão do “fim da família/moral”, com sua cabeça de cabra da “doutrinação gay” e sua cabeça de dragão da “ameaça comunista”, lançando pela boca e narinas um fogo que intenciona queimar até às cinzas todos os bons costumes da ordem natural e intrínseca do homem. Um monstro desagregado, ocasional, caricato, horripilante, que como categoria de mobilização política serve para construir narrativas de pânico que nem mesmo Équidna e Tifão<sup>27</sup> seriam capazes de criar.

Como campanhas que usam da Quimera para despertar um pânico moral acerca da imaginada “ideologização neomarxista de crianças” têm-se os movimentos *Con Mis Hijos No Te Metas* e *Escola Sem Partido*, o primeiro surgido no Peru e hoje se encontrando em vários lugares da região latino-americana; e o segundo no Brasil. Fato é que a maioria das recentes aventuras políticas do campo conservador latino-americano utilizou-se desse discurso para mobilizar eleitores e usá-lo como fonte de convergência de interesses (Faúndes & Defago, 2020). No Brasil, fica em evidência mais do que nunca em nossos tempos quem se beneficiou e beneficia com essa estratégia retórica de invocação de pânico e fim dos tempos.

Corrêa e Kalil (2020) indicam que o governo Bolsonaro é não apenas o sucessor da “onda rosa”, contrapondo-se a ela, mas é principalmente um governo marcado pelo seu caráter desdemocrático, o que significa dizer que simboliza o fim de todo o período de redemocratização que o Brasil vivenciava desde 1985, com uma agenda neoconservadora e neoliberal de extrema-direita. Sobre o período de redemocratização compete dizer, mesmo que de forma breve, que mobilizações em busca de garantia de direitos sexuais e reprodutivos já existiam desde a época de Collor, como apresentações de projetos de reformas totais ou parciais dos artigos do Código Penal referente ao aborto no Legislativo desde 1990, assim como apresentação de projeto de lei para garantir a união estável entre pessoas do mesmo sexo, em 1995. Apesar de não terem sido aprovadas à época, marcam o avanço de setores

---

<sup>27</sup> Gigantes que a tradição aponta como os pais da maioria dos monstros da mitologia grega, inclusive da Quimera (Borges & Guerrero, 2002).

feministas e das diversidades sexuais já nesses espaços. Também há que se destacar que desde o governo (neoliberal) de Cardoso o país começou a seguir as decisões de conferências internacionais da ONU, como os PNDH, como parte de uma iniciativa transnacional de ampliação dos direitos humanos (Kalil, 2020).

Aqui vale destacar que o que atribui à onda sua potência de onda, o vento que a sopra com mais força para fazer com que seu corpo emerja do oceano, é a conjuntura político-econômica de cada momento histórico que vivemos. A particularidade da “onda rosa” foi o fortalecimento dos movimentos sociais em uma conjuntura político-econômica que possibilitou a predominância de governos progressistas que foram constituídos por eles e/ou que atenderem a suas pautas, enquanto vemos na “onda azul” o fortalecimento de setores neoconservadores que na atual conjuntura político-econômica de crise reinsiram o neoliberalismo e moralizam discursos de grande abrangência como a luta de direitos sexuais e reprodutivos, intensificando seus retrocessos.

Dessa forma, com seu discurso presidencial de que iria unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e “nossa tradição” judaico-cristã, combatendo a “ideologia de gênero” e conservando “nossos valores” para que o Brasil voltasse a ser um país livre das amarras ideológicas, Bolsonaro traz as características próprias do bolsonarismo de retorno aos valores tradicionais através de um discurso nacionalista fundamentado em pânico moral e teorias conspiratórias, usando de todos os artifícios e estratégias elaboradas pelo movimento neoconservador ao ser figura personificada dele. Essas argumentações quiméricas da “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” do bolsonarismo, “longe de configurarem teoria, seja sociológica, seja da ciência política, são *slogans* de mobilização de uma agenda política reacionária, contrária aos direitos humanos, aos direitos sexuais e aos direitos reprodutivos, que insiste na imposição de preceitos de fé cristãos” (Lionço, 2020, p. 388).

Saindo do plano das ideias e do discurso, vemos medidas que reconhecidamente marcam obstruções na garantia de direitos e intensificação dos retrocessos nas políticas públicas de direitos sexuais e reprodutivos, como a Campanha de Abstinência Sexual para

combater a gravidez precoce, apresentada no início de 2020 (pré-pandemia); as portarias assinadas pelo então ministro da saúde Pazuello que revogam normas de orientação profissional de cuidados e acolhimento para mulheres e meninas vítimas de violência sexual e o direito à interrupção gestacional em caso de estupro; e a negligência nos tempos pandêmicos com os direitos reprodutivos da mulher, sendo o Brasil o país em que mais morrem mulheres gestantes no mundo<sup>28</sup> (Gonzaga, Gonçalves & Mayorga, 2021).

Esse foi o caminho percorrido por nós até aqui – e por nós queremos dizer eu que escrevo, você que lê este trabalho, nós brasileiras/os latinas/os –, e colocar em perspectiva essas articulações nos ajuda a entender melhor o momento que vivemos hoje. Como psicóloga em formação, acredito ser de relevância tanto para a prática profissional quanto para a ética fundamentadora do nosso trabalho nos debruçarmos sobre os posicionamentos de enfrentamento e resistência do Conselho Federal de Psicologia (CFP), antes mesmo deste período de desdemocratização. Agora voltaremos nosso olhar para a trajetória do compromisso ético da Psicologia em face aos direitos sexuais e reprodutivos.

## **2. O Conselho e a contracorrente**

No que compete à Psicologia enquanto abordagem científica para o entendimento sobre sexualidade, em uma breve retomada histórica vemos que durante todo o século XX houve o desenvolvimento de teorias científicas que instituíam a defesa de uma sexualidade “natural”, buscando exercer o controle e enquadramento social dos sujeitos dissidentes e servindo aos setores conservadores. A patologização desses sujeitos promovida pela Medicina e Psicologia marcou a tentativa de normatizar o diferente, transformando-os em objetos/objetivos de políticas de controle e, apesar do desenvolvimento de algumas teorias que ampliavam a noção da sexualidade – tal como a Psicanálise de Freud, que mesmo com limitações ampliou o conhecimento desta para o campo do desejo e não meramente da procriação –, o saber da Psicologia desenvolvido nessa época foi marcado pela legitimação da

---

<sup>28</sup> Boletim da Fiocruz que constata a alta mortalidade materna, recuperado em 22 de junho, 2021, de <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-covid-19-destaca-alta-mortalidade-materna>.

cisgeneridade e heteronormatividade. No entanto, foi por meio da contradição que a ofensiva científica às práticas sexuais condenadas à “perversão” levou à formação de uma resistência discursiva deste grupo de forma inédita na história. Dessa forma, “as sexualidades desviantes da norma passam a falar por si mesmas e reivindicar direitos políticos e sociais”, tomando para si o controle da narrativa criada para mantê-los em condição de inferioridade, ressignificando seus termos e transformando os campos de estudo também na defesa de suas identidades sexuais legítimas (Aragusuku & Lee, 2015, p.138).

No Brasil, apesar de a profissão ter sido regulamentada apenas na década de 1960, os saberes e práticas psicológicas já estavam em ação no país desde o início do século XX, sendo utilizados no projeto modernizador de consolidação do Estado capitalista, voltando a atenção para os processos de aprendizagem, para a seleção profissional e administração industrial, para a psiquiatria e, sobretudo, para o homem urbano e moderno que tinha capacidade para vender a sua força de trabalho. Como ciência, escondida em uma roupagem de suposta neutralidade, foi instrumento de disciplinarização de corpos e da dominação deles, submetendo-os à lógica de exploração e opressão. No que compete à sexualidade, a teoria psicanalítica foi associada na primeira metade do século XX a interpretações de controle social que procurava extinguir a degeneração da raça brasileira, e mesmo na segunda metade do século, quando essas teorias de cunho eugenista e higienista enfraqueceram, o debate sobre LGBTQIA+ ainda era em busca de padrões “saudáveis” de sexualidade, isso quando havia promoção de debates sobre o tema (Aragusuku & Lee, 2015; Dantas *et al*, 2020).

Fundado em 1971 e adquirindo caráter corporativista, burocrático e apolítico – em uma época marcada pela violência estatal e coibição de movimentos sociais devido ao Ato Institucional nº 5 (A.I. 5) da ditadura militar – o Conselho Federal de Psicologia é criado como autarquia pública para regular, orientar e fiscalizar as práticas da psicóloga/o, tendo como obrigação normatizar as técnicas psicológicas e o exercício profissional (Aragusuku & Lee, 2015; Hur & Lacerda, 2017; Dantas *et al.*, 2020). No entanto, por ser uma ciência constituída por diversas teorias e epistemologias, assim como por diferentes posições políticas e entendimentos de mundo que conduzem seus fundamentos teóricos, coexistem no

campo da Psicologia múltiplos projetos de sociedade e de posição política para as entidades representativas, tal como o Conselho Federal de Psicologia (Dantas *et al.*, 2020).

A partir de 1980 – período marcado pela redemocratização do país e pelos questionamentos sobre a quem a profissão servia –, o CFP, junto com os Conselhos Regionais (Sistema Conselhos de Psicologia), passa a ser disputado e conquistado pela esquerda, que vinha ganhando força com o engrandecimento de movimentos sociais e partidos políticos, e apresenta posicionamentos e práticas responsáveis pela formação de uma Psicologia plural e múltipla, comprometida com o movimento coletivo da categoria ao encontro da defesa dos movimentos sociais, da justiça social, dos direitos humanos e da democracia e estabelecendo, assim, ações acima de tudo políticas. Com uma perspectiva ético-política democrática – fundamentada na busca pela justiça social, equidade, transformação social e defesa pela universalidade de direitos –, se afasta dos fluxos de posicionamento de neutralidade de sua ciência que existia na época de sua fundação e se apresenta como contracorrente à apatia ao aspecto político, em busca de um conhecimento social e historicamente contextualizado<sup>29</sup>. A partir dos anos 2000 os estudos sobre sexualidade e gênero na temática LGBTQIA+ eclodem na academia brasileira, marcando um novo momento também para a Psicologia, que diversifica e multiplica seus saberes sobre o tema (Hur & Lacerda, 2017; Aragusuku & Lee, 2016; Dantas et al, 2020).

Nessa breve recuperação sobre o desenvolvimento dos estudos relativos à sexualidade e à construção e entendimento político acerca do nosso Conselho, julgo ser de importância para este ensaio destacar duas entre algumas diretrizes ético-políticas que marcam a posição do CFP frente aos setores neoconservadores no país – que como já vimos anteriormente não são exclusividade destes últimos anos, se expressando em nossa região desde quando nos reerguíamos na democracia –, sendo elas o projeto-político profissional de compromisso

---

<sup>29</sup> Aqui vale dizer que entendo que a posição do Conselho, mesmo na contracorrente, não deixa de atender a determinadas demandas e interesses do capital pelos limites e possibilidades de sua constituição. No entanto, sua posição política progressista ainda é de suma importância para um exercício profissional comprometido com a transformação social.

social (Santos, 2017) e o comprometimento com a laicidade na prática profissional (Lionço, 2017; Rios, Resadori, Silva, & Vidor, 2017).

O projeto-político de compromisso social – compreendido como “disposições que visam contribuir para a transformação social a partir de uma posição crítica na ciência e profissão” (Santos, 2017, p. 126) – foi o foco dos primeiros Congressos Nacionais de Psicologia (CNP), evento de caráter deliberativo e de mostras de práticas profissionais promovidas pelo CFP, desde 1994, bem como da reflexão e construção do compromisso social dentro do exercício da Psicologia até a sua institucionalização como diretriz ético-política e projeto profissional para este ofício. Sendo assim, coletivamente foi-se deliberando propostas, estratégias e ações que traçassem os caminhos a serem percorridos para alcançar uma prática psicológica comprometida com a realidade social da maioria da população brasileira e com a transformação dessa mesma sociedade (Santos, 2017).

Santos (2017) destaca seis campos de expressão do compromisso social<sup>30</sup> – entendendo-os como “as reflexões e ações decorrentes das estratégias políticas deliberadas pela categoria profissional” (p. 155) – e nós abarcaremos dois em específico (pelo espaço e proposta deste ensaio) para entendermos melhor como a diretriz ético-política do compromisso social foi capaz de promover a atuação de um Conselho que se coloca à frente das investidas neoconservadoras, em especial à “ideologia de gênero” –, sendo eles a **defesa dos direitos humanos: enfrentando a dominação em suas diversas expressões** e a **ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas na psicologia**<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Reconhecendo que a compreensão da totalidade do compromisso social não se limita somente a eles, a autora se aprofunda nas temáticas vistas com maior frequência em suas fontes de pesquisa como forma de procurar entender e sistematizar a dimensão da manifestação do compromisso social dentro da Psicologia (Santos, 2017).

<sup>31</sup> Apesar de não trazermos em evidência para este ponto da discussão por nos voltarmos para o nosso Conselho Federal, é importante ressaltar que Santos (2017) também aponta como campo de expressão do compromisso social da Psicologia o **combate ao colonialismo cultural e defesa/organização da Psicologia latino-americana**, pelas próprias características de condição e desenvolvimento da região que nos aproximam e que se colocam contra as concepções europeias e acríicas da subjetividade humana, que não condizem com o nosso desenvolvimento histórico e social. Dessa forma, as similaridades do contexto social e econômico que nos une enquanto avanços da onda neoconservadora também se constituem no campo psicológico de nossa constituição de ser.

**A defesa dos direitos humanos: enfrentando a dominação em suas diversas expressões** na Psicologia – tendo a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH) como instituição responsável pela investigação dos processos de exclusão social e pelas propostas de intervenções concretas na realidade em que há a violação desses direitos –, tem como perspectiva o enfrentamento aos sistemas de opressão e exclusão nas suas múltiplas dimensões, visando a “garantia de direitos civis e políticos, mas também de direitos econômicos, incluindo os grupos que frequentemente são alvos de preconceito e intolerância tais como crianças, mulheres, indígenas, pessoas negras, homossexuais, transexuais, pobres e deficientes”, uma vez que se tem a compreensão de que as violações desses direitos são fontes produtoras de sofrimento psíquico (Santos, 2017, p. 175). Tendo isso em vista, vemos que a influência dos movimentos sociais e da luta pela garantia de direitos que tanto marcaram a ascensão da “onda rosa” também perpassa a nossa concepção de exercício profissional, deixando de ser cúmplice e ator de reforçamento de estigmatização para promotor dos direitos das mulheres e população LGBTQIA+, posicionamento considerado um *compromisso*.

Quanto à **ampliação e fortalecimento das relações e instituições democráticas** na Psicologia, dizem respeito tanto à “participação e engajamento da profissão e dos profissionais em lutas sociais mais amplas, quanto relativo a uma determinada concepção de desenvolvimento do trabalho das psicólogas e da gestão das entidades, orientada pelo princípio democrático” (Santos, 2017, p. 178). Nesse sentido, a Psicologia defende a condição subjetiva de todo e qualquer humano, que possui direitos civis, políticos e sociais de caráter universal, assim como tem por dever se atentar à construção democrática no exercício profissional através da qualidade dos serviços públicos prestados que enfrentem as práticas assistencialistas e promovam autonomia dos usuários (Santo, 2017). No que compete à luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, reconhecer e legitimar a condição subjetiva de cada ser humano com suas particularidades é reconhecer a autonomia de seu corpo, seu desejo, seu sexo e seu gênero, sendo, nesse sentido, frente à patologização e estigmatização em seu exercício profissional.

Para tal prestação de serviço, a laicidade pluriconfessional que vigora em nossa constituição também deve ser nossa diretriz profissional, tendo ela como alicerce os direitos da liberdade religiosa e da igualdade, valorizando a diversidade social e defendendo o respeito às múltiplas manifestações de crenças que existem no país (estando também incluso a ausência de crença alguma). O Conselho Federal de Psicologia, se tratando de uma autarquia e, portanto, de uma entidade de administração pública indireta, se relaciona com os princípios de laicidade estatal e regula uma atuação psicológica que deve ser *a priori* baseada nos interesses públicos da população que espera de sua prática o conhecimento científico e técnico do ofício, assim como o respeito às diferenças e a impessoalidade, no sentido de não deixar com que crenças pessoais interfiram em seu trabalho (Rios *et al.*, 2017). Dessa forma, a laicidade é pilar para a legitimidade científica, além de marcar uma ética democrática que reconhece a diversidade moral, cultural, social e subjetiva como valor para a realização do seu trabalho profissional (Lionço, 2017).

Essas duas diretrizes ético-políticas orientaram avanços importantes, como o Código de Ética Profissional pautado em valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos e que, portanto, reforça seu compromisso com a laicidade, com os direitos humanos e com a democracia (Rios *et al.*, 2017; Lionço, 2017) e o posicionamento combativo às opressões e exclusões em que por vezes o Conselho foi protagonista, como nas lutas políticas pelos direitos sexuais com a Resolução CFP nº 01/1999<sup>32</sup> e a Resolução CFP nº 01/2018, que estabelecem “normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual” e “normas de atuação para psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis”, respectivamente, proibindo práticas de patologização, manifestações discursivas e colaborações por parte de psicólogos/os que venham a contribuir com as

---

<sup>32</sup> A Resolução CFP nº 01/1999 aparece com frequência muito significativa em diversas pesquisas que foram levantadas para a realização deste ensaio, entre eles os que retratam as disputas em volta dela (Bicalho, 2020), o compromisso social da psicologia (Santos, 2017); a laicidade presente na atuação do psicólogo (Lionço, 2017; Rios *et al.*, 2017); a construção da luta LGBTQIA+ e os avanços e retrocessos na garantia de direitos no país (Mello & Braz, 2020; Junqueira *et al.*, 2020); as transformações da psicologia diante das questões LGBTQIA+ (Aragusuku & Lee, 2015); os avanços do fascismo no campo profissional (Dantas *et al.*, 2020); a prática de terapias de conversão sexual em comunidades terapêuticas (Prado & Queiroz, 2020) e a indissociável relação entre psicologia e política (Hur & Lacerda). Tal prevalência de citações nos demonstra o impacto e abrangência que essa resolução possui diante da luta pela garantia de direitos sexuais da comunidade LGBTQIA+.

estigmatizações desses grupos, posicionando, desta forma, a Psicologia brasileira frente a essas disputas (Bicalho, 2020)<sup>33</sup>.

Com posicionamento ativamente político quando houve a suspensão da distribuição de materiais do Programa Escola Sem Homofobia, o Conselho lançou um parecer técnico favorável à utilização dos materiais e discussão nas escolas, tendo também o CDH se posicionado contra a retirada de menções de diversidade sexual e de gênero na PNE 2010-2010 ao entender como retrocesso grave aos direitos humanos (Aragusuku & Lee, 2015). No que compete aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, o CFP tem posicionamentos por meio de notas técnicas, notícias em seu *site*, promoção de debates entre outros recursos que defendem o acesso e legalização ao aborto legal e seguro, assim como defendem a atuação da/o psicóloga/o no auxílio à tomada de decisão quanto à continuação ou não da gravidez para a mulher e o “acolhimento, acompanhamento e tratamento de mulheres vítimas de violência” (Dantas *et al.*, 2020, p. 416).

### **2.1. A contraditória interferência de ondas**

A despeito das conquistas e posicionamentos apresentados, não queremos aqui narrar nenhuma epopeia, e nem desconsiderar toda a disputa e conflito que existem como cenário dessas conquistas. Se o Conselho Federal de Psicologia hoje se coloca como combativo é porque antes serviu aos interesses da elite e dos setores conservadores, através de perspectivas tradicionais que promoviam a manutenção e a naturalização das desigualdades sociais. As perspectivas e posicionamentos críticos que marcam alguns setores da Psicologia, como o CFP, não são assumidos por todos as/os pesquisadoras/es, entidades e profissionais do ofício, assim como as conquistas no que compete ao avanço na garantia de direitos não são inexoráveis, estando passíveis de recuos e avanços de acordo com a conjuntura da sociedade em cada momento histórico que se abre (Aragusuku & Lee, 2015; Santos, 2017;

---

<sup>33</sup> Vale dizer que as terapias de conversão sexual, conhecidas popularmente como “cura gay”, são baseadas em pseudotécnicas científicas que constituíram ao longo de toda história do processo de patologização das sexualidades dissidentes e que se renovam até os dias atuais, fazendo parte da secularização retórica dos setores neoconservadores que buscam se legitimar também por meio da ciência para cercar essas minorias (Prado & Queiroz, 2020).

Dantas *et al.*, 2020; Lionço, 2017; Hur & Lacerda, 2017). Vivemos então em um imperecível encontro de ondas de sentidos opostos que se superpõem em uma mesma região de espaço, ocasionando na interferência dessas ondas e tendo como consequência “a soma dos efeitos que seriam produzidos pelas ondas que se superpõem, caso atingissem isoladamente aquele ponto”<sup>34</sup>. Uma eterna disputa, uma infundável contradição que se constrói ou se destrói na soma desse encontro, pondo em movimento tudo o que temos e conhecemos.

Se o que vemos abrir em nossa frente na conjuntura são forças neoconservadoras que ocupam posições políticas estratégicas e valorosas, é relevante entender que as ofensivas fundamentalistas religiosas contra a Psicologia não são recentes e muito menos novidade, demonstrando que a luta pela hegemonia entre forças progressistas e conservadoras é, além de antiga, incessante. As ofensivas contra as normas éticas da profissão, tendo destaque as Resoluções CFP nº 01/1999 e a Resolução CFP nº 01/2018, são orquestradas no âmbito parlamentar pela Bancada Evangélica desde 2011 (Lionço, 2017; Bicalho, 2020), sendo a primeira a que mais sofreu ataques e a segunda a que mais rápido ataque sofreu durante toda a história da regulamentação da Psicologia brasileira (Bicalho, 2020). Aqui vemos as estratégias e ofensivas neoconservadoras em movimento ao usarem uma argumentação com aparência legalista e cientificista para defender a “liberdade” de mudança da orientação do sujeito e a censura de expressões de gênero tidas como “antinaturais”; retomando classificações disponíveis nos manuais psiquiátricos para alegar o caráter patológico da homotranssexualidade. Ancoradas no secularismo estratégico ao atacarem essas resoluções, colocam em xeque a capacidade do Conselho de regularizar e orientar a profissão, uma vez que argumentam que esses direcionamentos para a classe são autoritárias, infringindo a sua liberdade de odiar (Aragusuku & Lee, 2015; Lionço, 2017). Curioso constatar que é sobre avanços nos direitos LGBTQIA+ que essas forças mais se articulam para derrubar, exibindo a disputa envolta em tais posicionamentos de resistência (Bicalho, 2020).

---

<sup>34</sup> Silva, D. C. M. "Interferência de ondas". *Brasil Escola*. Recuperado em 14 de julho, 2021, de <https://brasilecola.uol.com.br/fisica/interferencia-ondas.htm>.

Além dos ataques externos ao Conselho, vemos essas investidas fundamentalistas dentro da própria Psicologia, sendo esta também usada pelos próprios setores conservadores como argumento para seus projetos ao tentar associar crença ao exercício profissional, procurando incumbir verdades transcendentais e absolutas de fé como anterioridade aos discursos científicos e práticas profissionais que são pautadas no compromisso com os direitos humanos e ética democrática. Exemplo disso é a infame “Psicologia Cristã” defendida por setores neoconservadores, que articula conservadorismo evangélico à prática psicológica e que fere diretamente a prática de uma psicologia laica voltada para a tecnicidade científica ao ferir a coletividade dos interesses individuais da população, infringindo os direitos humanos, ética-democrática e a liberdade de crença (Lionço, 2017; Rios *et al*, 2017). Esses movimentos internos nos apontam para a existência de uma “psicologia hegemônica, velada nas produções acadêmicas e geralmente escancarada nas práticas profissionais: individualista e conservadora, que naturaliza e essencializa nossas relações socioculturais, e reforça as nossas desiguais relações de poder” (Aragusuku & Lee, 2015, p. 150).

Também vale ressaltar que apesar de ter importantes resoluções que defendem que “não há cura para o que não é doença, nem reorientação para o que não é desvio” (Bicalho, 2020, p. 511), que têm impacto histórico no avanço dessas lutas, não somente ao regulamentar esse posicionamento combativo à heteronormatividade e cisgeneridade, mas ao defender essas resoluções e intensificar a defesa dos direitos LGBTQIA+; o Conselho ainda assim não cassou o título das duas psicólogas que alcançaram o debate nacional ao realizarem e defenderem abertamente a “cura gay”, aplicando-lhes Censura Pública nos dois processos<sup>35</sup> (Aragusuku & Lee, 2015). Assim como a existência da resolução não impossibilitou a promoção de pronunciamentos públicos, organizados até mesmo em *site*, da Psicologia Cristã (Lionço, 2017). Seja pelo evitamento de desmoralização do Conselho após diversos ataques quanto à sua legitimidade regulatória nas tentativas de derrubarem a

---

<sup>35</sup> Me refiro aqui a Rozângela Justino, em 2009, e Marisa Lobo, em 2013, ambas denunciadas por movimentos LGBTQIA+ pela prática de terapia de conversão da orientação sexual, tendo esta segunda protagonizado a última e mais impactante proposta de decreto legislativo (PDC 234/11) contra a Resolução 01/99, defendendo sua autointitulada Psicologia Cristã como especialidade legítima da ciência e profissão (Aragusuku & Lee, 2015).

Resolução 01/99 e à fragilidade que a entidade possuía na época em que ocorreram<sup>36</sup> (Aragusuku & Lee, 2015), tais acontecimentos nos lembram também que nem sempre as ações da Psicologia comprometidas serão capazes de gerar transformação, pela própria realidade contraditória em que todos nós vivemos e pelos limites concretos que existem na capacidade de mudança promovida dentro desses espaços (Santos, 2017).

Percebemos nos movimentos sociais que surgiram e se fortaleceram no período de redemocratização do país a tendência de defender como diretriz a promoção de uma democracia que visasse uma sociedade mais justa de maneira geral; a Reforma Sanitária e Psiquiátrica e a luta antimanicomial brasileiras, que a Psicologia também integra e que lhe é bem cara, têm a mesma perspectiva com a luta pelo fim do assistencialismo da saúde mental e “a proteção dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas” (Silva & Silva, 2020, p. 114); além da autonomia de forma a garantir a transformação social no manejo com essas questões vistas como tabu na sociedade. Avanços foram conquistados na garantia de direitos dessas pessoas com políticas públicas que promovessem o redirecionamento dos modelos de atenção à saúde mental para serviços de atenção psicossocial fora do modelo manicomial excludente, principalmente durante o governo Lula, e vivemos hoje o seu acelerado desmonte (Silva & Silva, 2020).

Com o redirecionamento das políticas públicas implementadas desde o governo Temer, em 2017, garantindo a manutenção e ampliação de hospitais psiquiátricos, o aumento do valor dessas internações e a ampliação de comunidades terapêuticas para atendimento de usuários de álcool e outras drogas (que já compunham em menor expressão parte do serviço prestado aos usuários desde 2015 no governo Dilma), no governo Bolsonaro vemos a aceleração desses processos com a Nota Técnica nº 01/2019, que esclarece as mudanças no Plano Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas

---

<sup>36</sup> Tendo o deputado Marcos Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal no governo Dilma (outro sintoma da incapacidade do Poder Executivo de fazer frente ao avanço neoconservador), a PDC 234/11 chegou a ser aprovada, mas logo retirada de pauta pelo seu desgaste no debate público decorrido por dois anos – entre 2011 e 2013. No entanto, tal episódio já evidenciava a dimensão que os setores neoconservadores alcançavam na arena política (Aragusuku & Lee, 2015; Corrêa & Kalil, 2020).

(homologadas por Temer) atribuindo caráter “anti-ideológico” nessas alterações, que reforçam o oferecimento de um tratamento autoritário e restritivo, com ataque aos direitos humanos e baseado em métodos puramente biológicos de tratamento (tais como as teorias essencialistas e naturais que fundamentam o combate à “ideologia de gênero”); com a criação de uma nova modalidade de CAPS Ad<sup>37</sup> do tipo IV, que tem como proposta seu funcionamento de 24 horas – o que na prática promove meios para a internação compulsória do usuário; com a escancarada política de apoio às comunidades terapêuticas, condenando estratégias de redução de danos e colocando a abstinência como único meio legítimo de se realizar o atendimento aos dependentes químicos; e com a exclusão das vagas atribuídas a especialistas e civis no Conselho Nacional de Política sobre Drogas. O que podemos apontar como principal tendência dessas políticas é a ocupação da rede privada (vide hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas) onde o Estado não se faz presente (pelo desmonte), fortalecendo uma prática mercadológica da saúde mental financiada pelo Estado e com pouca regulação (Silva & Silva, 2020).

Nas comunidades terapêuticas ainda há o agravante das denúncias de prática de “conversão sexual” impostas nesses espaços às pessoas que não possuem orientação sexual e/ou identidade de gênero heteronormativas e cisgênero. O modelo de atenção destinado ao usuário de droga é “instituído no interior do paradigma proibicionista e fundamentado prioritariamente no discurso jurídico-moral” (Prado & Queiroz, 2020, p. 222) e presume um critério de saúde em que a abstinência é a cura. Embasados nessa premissa dicotômica (como quase tudo que parece envolver preceitos cristãos) de normal e anormal, saudável e doente, e adotando práticas “psicológicas” atreladas à lógica religiosa moralizadora e confessional, esses espaços partem da mesma lógica para a discriminação de homossexuais, transexuais e travestis, impondo suas crenças e dogmas, acoimando a diversidade sexual e a liberdade de crença. Entre o crime, a doença e o pecado, a sobrevivência desta prática nos dias de hoje é

---

<sup>37</sup> O CAPS Ad (Centro de Atenção Psicossocial a álcool e outras drogas) é um dos dispositivos que presta atendimento clínico diário aos municípios, sendo importante na organização de uma rede substitutiva aos hospitais psiquiátricos junto com os CAPS I, II e III e o CAPSi. Ele possui a particularidade de oferecer tratamento a dependentes químicos, visando também a reinserção desses usuários do serviço na sociedade, comunidade e em seu meio familiar (Silva & Silva, 2020).

perpassada pela aliança entre articulações religiosas e “terapêuticas” às políticas públicas do Estado que a reforçam (Prado & Queiroz, 2020).

Dessa forma, o neoconservadorismo se insere na política pública defendida pelo Estado brasileiro; transvestido na defesa de uma “liberdade de crença” (somente cristã) para atrelar a Psicologia como ciência e profissão ao fundamentalismo religioso, usando da estratégia de secularização do seu discurso para atingi-lo em espaços em que, *a priori*, não teriam cabimento. Aqui vemos a agenda antigênero em pleno exercício: não se valendo da “ideologia de gênero” para promover pânico e teorias conspiratórias, mas colocando em ação o que realmente se pretende por trás desse discurso, a patologização desses sujeitos dissidentes que voltam a ser considerados como “inferiores” dentro desta prática e que têm a sua existência ameaçada, agora não só pelos líderes e fiéis religiosos, mas também pelo financiamento do governo.

O CFP se posiciona ativamente contra o fortalecimento dessa lógica manicomial que incentiva a lógica de segregação e estigmatização desses sujeitos e também contra o encolhimento das redes de serviço socioassistenciais e das vagas de trabalho nas políticas públicas de saúde mental. Sobre as comunidades terapêuticas, se posicionou contra o aumento e financiamento público desses espaços e emitiu relatórios de inspeção fiscalizatória em 2011 e 2018 que reiteram as práticas que violam os direitos humanos, impõem sua crença e práticas de punição a seus internos, não respeitam a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero e que possuem a prevalência de pastores e ex-dependentes convertidos a quase total ausência de profissionais capacitados que prestam “cuidado/acompanhamento”, sendo evidente o aspecto de moralidade e confessionalidade deste serviço (Dantas *et al*, 2020; Prado & Queiroz, 2020).

Apesar da fiscalização e denúncia sobre o que acontece nesses espaços, ao termos um governo (não só executivo, mas legislativo) abertamente a favor desse exercício, com discursos conservadores e neoliberais que deslegitimam e demonizam LGBTQIA+ e feministas; e que defende o reajuste fiscal para diminuir a proteção social de grupos vulneráveis (como vimos no governo de Lula durante a “onda rosa”), podemos ver a

despotencialização e efetividade na atuação do Conselho – e dos movimentos sociais – diante desses retrocessos e desmontes. Aqui é importante salientar que o comprometimento com a transformação social e com uma sociedade mais justa e livre de opressões e exploração é caríssimo para o nosso exercício profissional, assim como a posição de resistência frente a essas investidas contra a garantia dos direitos das mulheres e LGBTQIA+ até então conquistados.

No entanto, não podemos perder de perspectiva que esse direcionamento que vimos prevalecer e ser por vezes protagonistas de determinadas pautas sociais nos últimos 20 anos vive em constante ameaça, tal como na última eleição da diretoria do Conselho Federal de Psicologia que teve inscrita uma chapa abertamente conservadora e defensora das terapias de conversão sexual, assim como da associação de lógicas religiosas ao exercício profissional<sup>38</sup>. Nesse eterno movimento de contradição e disputa, julgamos ser importante reiterar, tal como Dantas *et al.* (2020, p. 414), que

“No bojo dessa onda conservadora, como referimos anteriormente, a posição política do CFP em defesa de uma sociedade justa, democrática e igualitária, seja no processo de normatização da profissão, seja no campo das lutas sociais, está no centro do embate de forças que buscam consolidar uma versão tecnicista, apolítica e neutra da profissão, versão que desempenha a função de legitimação das relações de dominação e justificação da ordem estabelecida, por meio de seus agentes”.

## **5. Considerações Finais**

A Igreja Católica em articulação com a Igreja Evangélica e organizações seculares impulsionaram uma agenda política antigênero e antissexualidade por toda a América Latina, usando do dispositivo retórico da “ideologia de gênero” para difundir um pânico moral de modo a recuperarem o poder político que vinham perdendo em uma época mais

---

<sup>38</sup> Recuperado em 15 de julho, 2021, de <https://apublica.org/2019/08/apoiado-por-damares-movimento-de-ex-gays-disputa-conselho-de-psicologia/>

secularizada, atacando direta e ostensivamente movimentos feministas e LGBTQIA+. Se valendo do sintagma como uma Quimera, sem qualquer unidade ou coerência científica e sociológica, utilizam da mobilização neoconservadora em volta dos direitos conquistados pelas mulheres e diversidades sexuais e de gênero como *slogan* e estratégia política e discursiva; além de investirem na secularização retórica de seus discursos religiosos em teorias biologizantes e essencialistas que ignoram o caráter histórico e social da constituição da subjetividade dos sujeitos.

É importante ressaltar a existência dessas resistências conservadoras para além do momento atual para não perdemos de vista a disputa de poder e hegemonia que ocorre independente do período histórico em que vivemos. Em convergência de interesses desde 2004 pelo ensino religioso nas escolas públicas do país, as forças neoconservadoras já se orquestravam no país em maior ou menor expressividade na arena pública do Congresso Nacional. No entanto, apesar de sempre termos esse embate de ondas opostas, cada conjuntura traz consigo suas peculiaridades, onde vemos no governo Bolsonaro a personificação desse ativismo neoconservador com agenda neoliberal que acelera a nossa derrocada de direitos enquanto passamos pela maior crise sanitária da história do país. É por esse motivo que entender de suas estratégias e discursos nos instrumentalizam para a resistência frente a essa ofensiva. Por se tratar de um fenômeno ainda em movimento, não conseguimos acompanhar com abrangência todas as suas nuances, mas o caráter funesto de seu governo já nos aponta grita a gravidade do que enfrentamos.

O posicionamento político do Conselho Federal de Psicologia se coloca como contracorrente não apenas ao exercício profissional conservador e elitizado, mas também aos setores neoconservadores da sociedade que ameaçam a justiça social, a igualdade e o reconhecimento da universalidade do direito de todos. Somos regulamentados e fiscalizados por uma entidade que tem como diretriz ético-política o compromisso social e a laicidade, comprometida com a luta pelos direitos humanos, pela ética democrática que garanta os direitos de todos e que promova a autonomia dos sujeitos por nós atendidos e que pelo princípio da laicidade da profissão preste atendimento pautado na ciência e não em crenças

peçoais que firmam o interesse público democrático. Dessa forma, temos nos dias de hoje um exercício profissional construído no reconhecimento e respeito às orientações sexuais e às identidades de gênero dissidentes, tendo como importante feito para a luta desses grupos a Resolução 01/99 e a Resolução 01/18, além do posicionamento ativo a favor da autonomia da mulher quanto o aborto. Contudo, sabemos que esse posicionamento do Conselho não é uma constante, e muito menos passível de disputa e críticas. Essa disputa está presente desde a sua constituição, quando servia aos interesses da elite e do capital de maneira conservadora.

Ter consciência do caráter de disputa de interferência de ondas que é o Conselho Federal de Psicologia e da sua atuação/regulamentação é importantíssimo para não perdermos de vista a vulnerabilidade que esse posicionamento de enfrentamento e resistência podem ter. O nosso Conselho se apresenta como tal porque a nossa categoria, até o presente momento, é articulada e instrumentalizada em fazê-lo permanecer assim, mas isso não significa que essas condições estarão dadas sempre. A existência de uma Psicologia que se denomina cristã e a defesa aberta a terapias de conversão sexual lembram-nos de que ainda existem setores da nossa classe que não fazem parte desse comprometimento social tanto com os direitos humanos, quanto com a democracia e a laicidade do exercício profissional, mas haveremos de resistir e nos fazermos maioria. Se dessa interferência de ondas se somam impulsos, se quebram forças e emergem contragolpes, estaremos presentes nessa contradição e inconstância que nos coloca em movimento e disputa perpétuos.

Se no início deste ensaio, no meio da desorganização que a vida pandêmica me causara, comecei o estudo tomada por um sentimento de impotência, almejando reduzir minhas relações com o mundo para me defender da neurastenia geral tal como meu companheiro de observação, hoje, ao invés de me afastar da praia com os nervos mais tensos e insegura como Palomar fez ao perceber a inconstância dos fenômenos sociais e históricos (Calvino, 1994), me afasto desta orla sabendo que muito em breve retornarei para vê-la no poente outra vez, sabendo que a disputa e contradição fazem parte da própria condição de movimento da história e que é isso que nos impulsiona a inovar e renovar fôlego, força e esperança. Afinal, mar calmo nunca fez bom marinheiro.

## REFERÊNCIAS

- Aragusuku, H. A., & Lee, H. de O. (2015). A psicologia brasileira e as políticas LGBT no Conselho Federal de Psicologia. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 5(1), 131-154. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v5i1p131-154>
- Barbieri, D. S. (2016). *Um ensaio sobre sexualidade e educação: contribuições da Psicologia para o cenário brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Batista, P. N. (1994). O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Recuperado em 16 de maio, 2021, de <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>
- Bicalho, P. P. G. (2020). A regulamentação da psicologia e as disputas em torno das Resoluções CFP 01/1999 e CFP 01/2018. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 511-526). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Borges, J. L. & Guerrero, M. (2000). *O livro dos seres imaginários* (8ª ed.) (C. V. C. Lima, Trad.). São Paulo: Globo. ISBN: 85-250-0305-0
- Bulfinch, T. (2006). *O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis* (34ª ed.). (D. Jardim, Trad.). Rio de Janeiro: Ediouro. (Obra original publicada em 1855). ISBN: 978-85-774-8135-4
- Bulgarelli, L. (2020). Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antissexualidade no Brasil. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 393-409). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Calvino, I. (1994). *Leitura de uma onda*. In *Palomar* (I. Barroso, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, pp. 7-11. ISBN: 9788571644090
- Cassal, L.C.B. (2013). Homofobia e Cidade: Um Ensaio Sobre Lâmpadas, Segurança e Medo. *Rev. Polis e Psique*, 3(3), 24-38. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.42294>
- Corrêa, S. & Kalil, I. (2020). Políticas antigênero em América Latina: Brasil - ¿La catástrofe perfecta?. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW). ISBN: 978-85-88684-90-4
- Dantas, C. M. B., Santos, M. R. S., Dimenstein, M. & Macedo, J. P. (2020). A escalada do fascismo no Brasil: rebatimentos ao campo profissional da Psicologia. *Psicologia em Revista*, 26(1), 405-425. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p405-425
- Facchini, R. (2020). De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+*,

- poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 31-69). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Faúndes, J. M. M. & Defago, M. A. P. (2020). Una mirada regional de las articulaciones neoconservadoras. In A. T. Santana (2020). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores* (Vol. 1, 1ª ed., pp. 241-275). Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg. ISBN: 978-958-5555-40-2
- Gonzaga, P, Gonçalves, L & Mayorga, C. (2021) O conservadorismo distópico à brasileira: direitos sexuais e direitos reprodutivos e a pandemia da COVID-19 no Brasil. *Revista Feminismos*, 9(1), pp. 149-167. ISSN: 2317-2932
- Hur, D. U. & Lacerda, F., Jr. (2017). Psicologia e democracia: da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe.), 3-10. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703190002017>.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. ISSN: 1519-549X
- Kalil, I. (2020). Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo en el gobierno Bolsonaro. In A. T. Santana (2020). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores* (Vol. 1, 1ª ed., pp. 35-53). Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg. ISBN: 978-958-5555-40-2
- Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 208-223. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703160002017>.
- Lionço, T. (2020). “Ideologia de gênero” como elemento da retórica conspiratória do “globalismo”. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 373-392). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Maranhão, E. M. Filho, A., Coelho, F. M. F. & Dias, T. B. (2018, dezembro). Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. *Revista Eletrônica Correlatio*, 17(2), 65-90. DOI: <https://doi.org/10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90>
- Mello, L. & Braz, C. (2020). Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 165-187). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Prado, M. A. M. & Queiroz, I. S. (2020). Sexualidades, drogas e religião: práticas atualizadas da “cura gay” no Brasil. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa:*

- LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 217-238). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Rangel, P. & Dultra, E. V. B. (2019). Engolidas pela onda azul: um ensaio sobre a retração de direitos das mulheres no contexto pós-impeachment de Dilma Rousseff. *Plural. Revista Plural*. 26(1), 133-154. Recuperado em 16 de julho, 2021, de <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/159747/154397/357042>.
- Rios, R. R., Resadori, A. H., Silva, R. & Vidor, D. M. (2017). Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: dinâmica institucional e profissional em perspectiva jurídica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 159-175. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002612016>.
- Santana, A. T. (2020). Neoconservadurismos em América Latina: análisis desde la crisis. In A. T. Santana (2020). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores* (Vol. 1, 1ª ed., pp. 9-34). Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg. ISBN: 978-958-5555-40-2
- Santiago, E. (2020). Desafios no/do percurso metodológico de mulheres pesquisadora: reflexões subversivas da ideia de uma ciência neutra. *Interação em Psicologia*, 24(2), 200-208. ISSN: 1981-8076
- Santos, L. N. (2017). *O compromisso social da psicologia: um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 3 de julho, 2021, de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20760>.
- Sartini, B. C. (2021) *Da ética marxista à psicologia vigotskiana: apontamentos para uma síntese*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.169>
- Serra, C. (2020). Movimentos cristãos LGBT no Brasil “evangélico”: pluralismo e as fronteiras da religião. In R. Facchini & I. L. França (2020). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 343-372). Campinas: Editora Unicamp. ISBN: 978-65-86253-58-0
- Silva, F.P. (2015). Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista Sures*, (1)5, 67-94. Recuperado em 13 de maio, 2021, de <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>
- Silva, B. L. & Silva, A. X. (setembro, 2020). A política de saúde mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. *Serviço Social em Revista*, 23(1), 99-119. DOI: 10.5433/1679-4842.2020v23n1p99
- Stoessel, S. (2014). Giro a la izquierda en la América Latina del siglo XXI. Revisitando los debates académicos. *Polis Revista Latinoamericana*, 39(1), 1-22. Recuperado em 13 de maio, 2021, de <http://journals.openedition.org/polis/10453>
- Tristão, E. (2011). A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *SER Social*, 13(28), 104-128. DOI: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v13i28.12684](https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12684)